



Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Escola de Ciências Sociais e da Saúde
Coordenação de Psicologia
Trabalho de Conclusão de Curso

Impactos dos Maus-tratos na Infância Sobre o Desenvolvimento Psicológico e Psicopatológico na Vida Adulta

Giovana Rodrigues de Oliveira Pedroso
Liliane Aparecida dos Santos Guimaraes
Katya Alexandrina Matos Barreto Motta

Goiânia, 03 de Junho de 2026

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo geral analisar, por meio de uma revisão integrativa, as evidências científicas sobre como os traumas na infância influenciam o desenvolvimento psicológico e a ocorrência de psicopatologias na vida adulta. A fundamentação teórica aqui exposta permite identificar como padrões relacionais disfuncionais são internalizados e impactam a subjetividade do indivíduo, resultando em prejuízos significativos nas dinâmicas sociais e amorosas. Conclui-se que o fenômeno da negligência e do abuso não apenas compromete o desenvolvimento individual, mas tende a se consolidar por meio da transgeracionalidade, perpetuando ciclos de violência ao longo das gerações. Buscou-se compreender e ampliar conhecimentos sobre os diferentes tipos de abusos reconhecidos pela OMS (2002).

Palavras-chave: Traumas na infância; Psicopatologias; Padrões disfuncionais; Perpetuação da violência; desenvolvimento infantil.

Abstract: The present study aims to analyze, through an integrative review, the scientific evidence regarding how childhood trauma influences psychological development and the occurrence of psychopathologies in adulthood. The theoretical framework presented herein makes it possible to identify how dysfunctional relational patterns are internalized and impact the individual's subjectivity, resulting in significant impairments in social and romantic relationships. It is concluded that the phenomenon of neglect and abuse not only compromises individual development but also tends to become consolidated through transgenerational transmission, perpetuating cycles of violence across generations. This study sought to understand and expand knowledge about the different types of abuse recognized by the World Health Organization (2002).

Keywords: Childhood trauma; Psychological development; Psychopathologies; Childhood abuse ; Transgenerational violence.

Introdução

A infância constitui uma das fases mais determinantes do ciclo vital, marcada pela formação das estruturas cognitivas, afetivas e sociais que sustentarão o desenvolvimento ao longo da vida. É nesse período que se estabelecem os primeiros vínculos de apego, fundamentais para a construção da segurança emocional e do senso de identidade. A qualidade das experiências vivenciadas nos primeiros anos de vida sejam elas marcadas pelo cuidado e afeto ou pela negligência e violência exerce influência direta sobre a constituição psíquica, bem como sobre o funcionamento emocional e social do indivíduo (Bowlby, 2006; Schmidt et al., 2020).

Do ponto de vista do desenvolvimento, Piaget (2012) descreve a infância como um processo contínuo de construção do conhecimento, em que a interação com o meio é essencial para o amadurecimento cognitivo. Abordagens posteriores, como as de Bowlby (2006) enfatizam o papel das experiências afetivas e dos vínculos primários na formação de padrões emocionais duradouros. Quando esses vínculos são rompidos por maus-tratos ocorre uma desorganização da estrutura emocional e cognitiva, o que compromete a capacidade de autorregulação, empatia e vinculação interpessoal (Schmidt et al., 2020; Waikamp et al., 2018).

Entretanto, na contemporaneidade, muitos responsáveis acabam priorizando demandas profissionais e rotinas sobrecarregadas, reduzindo o tempo de qualidade com os filhos. Além disso, a falta de informação sobre o impacto da ausência afetiva ainda é significativa. Essa carência emocional pode resultar em insegurança, dificuldades de socialização e problemas de aprendizagem. Assim, promover a conscientização familiar

e social sobre a importância do vínculo afetivo é fundamental para a formação de indivíduos emocionalmente equilibrados, empáticos e resilientes (John Bowlby, 2006).

A Organização Mundial da Saúde (2024) define violência infantil como “todas as formas de violência contra pessoas com menos de 18 anos. Para bebês e crianças mais novas, a violência envolve principalmente maus-tratos infantis (ou seja, abuso físico, sexual e emocional e negligência) praticados por pais e outras figuras de autoridade.” Continua citando que ambos os sexos apresentam risco semelhante de vivenciar maus-tratos, no entanto, as meninas têm maior propensão a sofrer abuso sexual. A negligência, compreendida como a omissão no atendimento das necessidades físicas, emocionais, educacionais e de saúde da criança, também se configura como forma de violência, conforme definição adotada pelos sistemas de notificação em saúde pública.

Outro aspecto relevante refere-se à autolesão em crianças e adolescentes. Segundo Fonseca et al., (2018) indicam uma maior prevalência desse comportamento no sexo feminino. Isso pode estar associado às pressões socioculturais relacionadas à aparência, ao desempenho e à sexualização precoce (Klonsky et al., 2015, como citado em Fonseca et al., 2018). A autolesão, nesse contexto, pode funcionar como uma tentativa de alívio de dores emocionais intensas. Nock e Prinstein (2004, como citado em Fonseca et al., 2018) classificam os motivos da autolesão em dimensões intrapessoais e interpessoais, podendo ainda representar recompensas positivas (obtenção de algo desejado) ou negativas (fuga de um estímulo aversivo).

O conceito de desamparo aprendido, proposto por Martin Seligman (1977), refere-se a um processo psicológico no qual o indivíduo, após vivenciar repetidas situações de dor, fracasso ou ausência de controle, passa a acreditar que suas ações são incapazes de modificar os resultados. Inicialmente, tende a reagir e tentar enfrentar as adversidades; entretanto, diante de sucessivas experiências mal-sucedidas, aprende que seus esforços

não produzem mudanças significativas na realidade. Como consequência, ocorre a diminuição das tentativas de enfrentamento, acompanhada por sentimento de impotência, passividade e desesperança.

A responsabilidade primordial de proteger, cuidar e garantir o desenvolvimento integral da criança é atribuída aos pais ou responsáveis legais. No ordenamento jurídico brasileiro, essa obrigação está prevista na Constituição Federal do Brasil (1988) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990). O ECA determina que os pais ou responsáveis têm o dever de sustento, guarda, educação e proteção integral, o que inclui não apenas a preservação da integridade física, mas também o cuidado emocional e psicológico. Contudo, apesar das previsões legais no âmbito civil e penal, no Brasil a negligência e outras formas de violência ainda estão amplamente presentes no contexto intrafamiliar. (Constituição Federal do Brasil de 1988).

Dados recentes do Ministério da Saúde, divulgados por meio de boletins epidemiológicos sobre violência contra crianças e adolescentes, indicam que a maior parte dos casos de violência sexual ocorre no ambiente doméstico, sendo familiares e pessoas conhecidas os principais autores. Em casos envolvendo crianças, aproximadamente 68% das ocorrências foram cometidas por familiares ou indivíduos do convívio da vítima, e a residência figura como o principal local de ocorrência. Além disso, a maioria dos agressores identificados é do sexo masculino.

Esses dados evidenciam uma contradição fundamental: o mesmo núcleo que deveria exercer a função protetiva primária, a família, aparece estatisticamente, como principal cenário de violação de direitos. A negligência, compreendida como a omissão no atendimento das necessidades físicas, emocionais, educacionais e de saúde da criança, também se configura como forma de violência, conforme definição adotada pelos sistemas de notificação em saúde pública (Ministério da saúde, 2023).

No âmbito da neurociência do desenvolvimento, o trauma pode ser compreendido como a exposição precoce a experiências adversas intensas e recorrentes que ocorrem em períodos sensíveis da maturação cerebral. Essas vivências desencadeiam ativação persistente dos sistemas neurobiológicos do estresse, especialmente do eixo hipotálamo–hipófise–adrenal (HHA), favorecendo o acúmulo de carga alostática (tensão). Como consequência, podem emergir alterações estruturais e funcionais em regiões cerebrais envolvidas na regulação emocional, na memória e no controle executivo, comprometendo a capacidade adaptativa do indivíduo e aumentando a vulnerabilidade a prejuízos psicológicos ao longo do desenvolvimento e da vida adulta (Jacob et al., 2021).

Jacob et al. (2021) apresentam pesquisas recentes em neuropsicologia e epigenética demonstrando que o trauma infantil repercute não apenas no comportamento, mas também na biologia. Esses mesmos autores, afirmam que a exposição precoce a maus-tratos e ao estresse tóxico pode alterar o funcionamento do eixo hipotálamo–hipófise–adrenal, responsável pela resposta ao estresse, além de modificar a expressão gênica associada à regulação emocional e ao processamento de memórias. Tais alterações aumentam a vulnerabilidade a transtornos mentais como depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e transtornos de personalidade na vida adulta (Waikamp et al., 2018, Hirschmann et al., 2021).

A sociedade tende a subestimar a capacidade das crianças de compreender e expressar emoções, o que acentua a negligência emocional. Contudo, pesquisas apontam que, desde muito cedo, elas demonstram percepção sobre justiça, sofrimento e respeito, o que reforça a necessidade de reconhecê-las como sujeitos de direitos e voz ativa em seu próprio desenvolvimento (Piaget, 2012). No campo da Psicologia, especialmente à luz das teorias do desenvolvimento e da perspectiva do apego, o cuidado parental consistente e responsivo é considerado fator central para a constituição da saúde mental (Bowlby,

2006). A ausência de proteção e a exposição a maus-tratos na infância estão associadas a alterações no desenvolvimento emocional, cognitivo e neurobiológico, podendo repercutir ao longo do ciclo vital.

Assim, embora exista um arcabouço jurídico robusto que responsabiliza pais e responsáveis legais pela proteção integral da criança, os dados nacionais atualizados demonstram que a negligência e violência intrafamiliar permanecem como desafios significativos. Tal cenário reforça a necessidade de políticas públicas efetivas, fortalecimento da rede de proteção e atuação interdisciplinar na prevenção, identificação precoce e intervenção nos casos de violação de direitos. O apoio familiar e a validação de tais negligências podem contribuir na superação de traumas desenvolvidos, quando há desamparo, dúvidas ou abandono vindo de familiares pode acarretar o prejuízo na saúde mental e no futuro desenvolvimento de uma patologia como depressão, TEPT e Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG) (OMS, 2002, Bowlby, 2006).

O presente trabalho tem como objetivo geral apresentar, por meio de uma revisão integrativa, as evidências científicas sobre como os traumas na infância influenciam o desenvolvimento psicológico e a ocorrência de psicopatologias na vida adulta. De forma específica, busca-se:

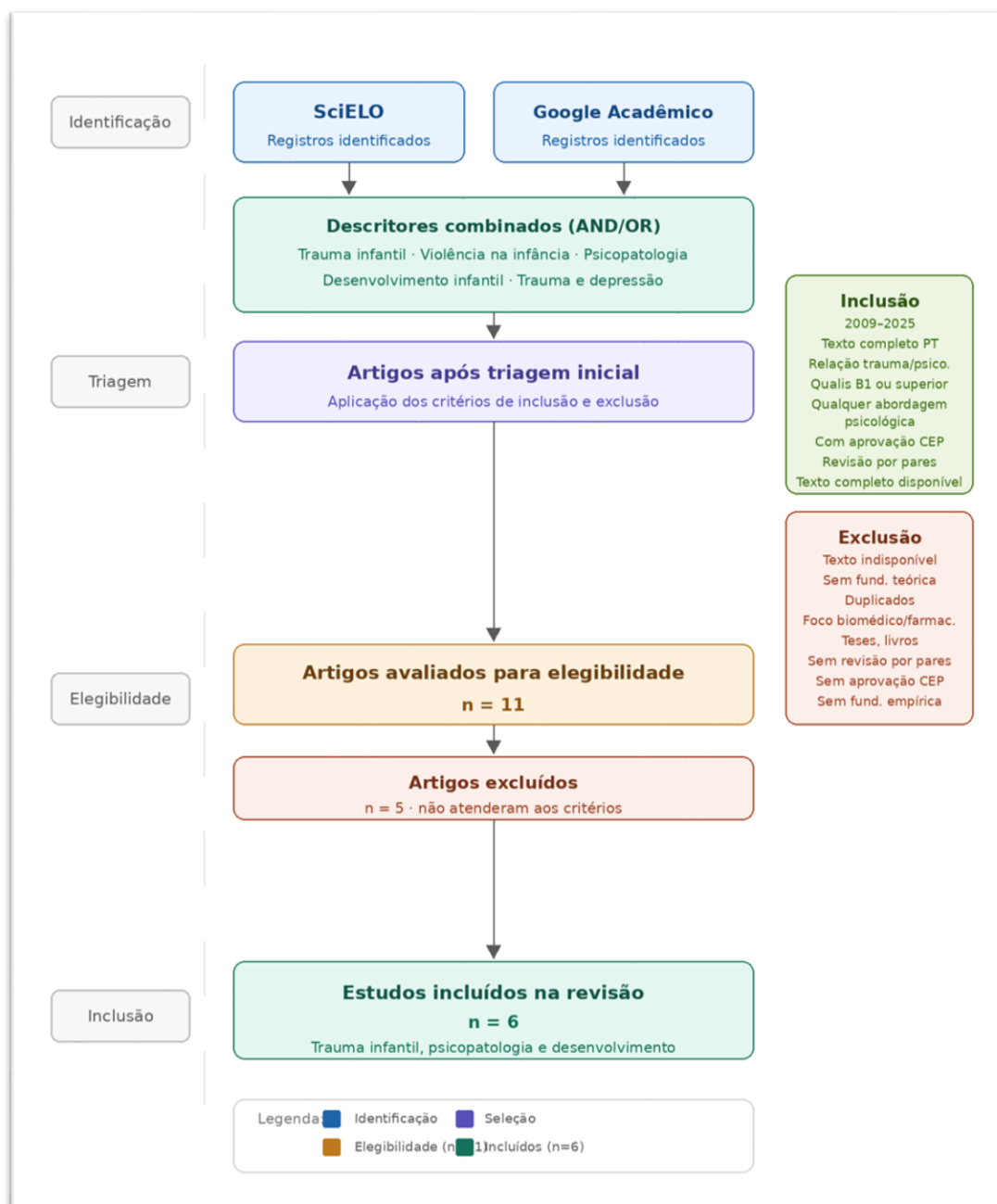
1. Identificar os principais tipos de traumas e suas consequências psicológicas e emocionais;
2. Sintetizar evidências sobre fatores de risco e de proteção para a saúde mental das crianças e adolescentes;

Método

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão integrativa da literatura, modalidade que permite reunir e analisar criticamente evidências teóricas e empíricas sobre a relação entre traumas na infância e suas repercussões na vida adulta. Essa abordagem possibilita integrar diferentes metodologias e perspectivas, proporcionando uma compreensão abrangente do fenômeno investigado.

Para responder os objetivos deste artigo de revisão foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão: publicações entre 2009 e 2025; textos completos disponíveis em português; estudos que abordassem a relação entre traumas infantis, desenvolvimento psicológico e psicopatologias; artigos publicados em periódicos com classificação Qualis B1 ou superior, estudos que abordam traumas infantis independente da abordagem psicológica. Foram estabelecidos os seguintes critérios de exclusão: textos indisponíveis na íntegra; trabalhos sem fundamentação teórica ou empírica; estudos duplicados; estudos de trauma infantil focado na biomedicina e farmacologia; dissertações, livros e trabalhos que não passaram por revisão de pares; projetos não aprovados pelo comitê de ética.

sou pelo crivo de exclusão.



A seleção dos estudos ocorreu em duas etapas: (1) triagem de títulos e resumos, com exclusão dos que não atendiam aos critérios; e (2) leitura integral dos textos elegíveis, avaliando sua pertinência e qualidade metodológica. Para melhor compreensão do processo de busca e inclusão no trabalho foi desenvolvido um modelo de fluxograma prisma, utilizamos a inteligência artificial "Claude" e demos o seguinte prompt: "Crie um fluxograma no modelo prisma com as seguintes informações: O presente estudo caracteriza-se como uma revisão integrativa da literatura, critérios de inclusão:

publicações entre 2009 e 2025; textos completos disponíveis em português; estudos que abordassem a relação entre traumas infantis, desenvolvimento psicológico e psicopatologias; artigos publicados em periódicos com classificação Qualis B1 ou superior, estudos que abordam traumas infantis independente da abordagem psicológica. Critérios de exclusão: textos indisponíveis na íntegra; trabalhos sem fundamentação teórica ou empírica; estudos duplicados; estudos de trauma infantil focado na biomedicina e farmacologia; dissertações, livros e trabalhos que não passaram por revisão de pares; projetos não aprovados pelo comitê de ética. A busca foi realizada nas bases SciELO e Google Acadêmico, utilizando descritores combinados com operadores booleanos (AND, OR). Os principais termos empregados foram: trauma infantil, violência na infância, psicopatologia e trauma, desenvolvimento infantil, e trauma e depressão. Começamos o trabalho com 11 artigos, mas no final ficamos com 6. Não temos o n inicial de quantos artigos achamos no início da busca

A extração e análise dos dados seguiram um protocolo padronizado, com identificação de autor, ano, objetivos, metodologia e principais resultados. A análise foca em três temas principais: impactos dos traumas infantis na saúde mental; influência dos traumas no desenvolvimento de psicopatologias na vida adulta; estratégias de¹ enfrentamento e fatores de resiliência psicológica.

Por fim, no que tange aos aspectos éticos, ressalta-se que, por se tratar de uma revisão integrativa, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, visto que não envolveu coleta de dados com seres humanos. Finalizando em 06 artigos que respondem o objetivo deste trabalho como segue abaixo os resultados considerando a ordem de exposição do artigo mais antigo ao mais novo. Os artigos foram nomeados em uma coluna de A1 a A6 e descritos abaixo de acordo com a ordem disposta no quadro.

	Título	Ano de publicação e autores	Objetivo	Metodologia	Resultados
A1	Maus-tratos na infância e psicopatologia no adulto: caminho para a disfunção do eixo	2009 Mello et al.	Estudar relações entre maus-tratos na infância e psicopatologias no adulto, como reflexo de uma disfunção no	Revisão seletiva de literatura.	A pesquisa identificou múltiplos determinantes da disfunção do eixo Hipotálamo-

	hipotálamo-pituitária-adrenal.		eixo hipotálamo-pituitária-adrenal.		pituitária-adrenal encontrado em adultos com histórico de maus tratos na infância.
A2	Repercussão do trauma na infância na psicopatologia da vida adulta.	2018 Waikamp et al.	Examinar a influência dos traumas infantis nos sintomas psicopatológicos da vida adulta.	Delineamento quantitativo, transversal, correlacional e explicativo.	Os resultados apontam que a maioria dos pacientes foram expostos a adversidades na infância e que diversos traumas passados apresentam associação positiva significativa com várias dimensões de sintomas atuais.
A3	Associação entre traumas na infância e a representação de apego parental na vida adulta.	2020 Schimit et al.	Avaliar a relação entre traumas na infância e estilos de apego parental em pacientes que	Estudo quantitativo transversal e correlacional relacionado em	O estudo mostrou que há uma correlação positiva e significativa entre traumas na infância e vinculação de

			buscam psicoterapia psicodinâmica	ambulatório de saúde mental no sul do Brasil.	apego da criança com seus pais.
A4	Exposição a violência conjugal na infância e perpetuação transgeracional da violência: revisão sistemática.	2022 Mosená et al.	Investigar as repercussões da exposição à violência conjugal na infância na perpetuação transgeracional na violência.	Revisão sistemática da literatura.	Apresentou-se que modelos aprendidos na família de origem e a exposição à violência conjugal na infância são fatores que contribuem para a manutenção e perpetuação transgeracional da violência conjugal.
A5	Traumas na infância e na adolescência: impactos profundos no desenvolvimento ao longo da vida – uma revisão da literatura sobre	2024 Jacob et al.	Mostrar a importância da infância e adolescência no desenvolvimento da maturação cerebral e crescimento emocional	Revisão de literatura.	Revela-se associações entre exposição ao estresse, sintomas do transtorno e alterações na metilação do DNA.

	TEPT na perspectiva epigenética.		utilizando a epigenética para entender como experiências adversas nesse período podem impactar a saúde ao longo da vida.		
A6	Impactos dos maus-tratos infantis no desenvolvimento de transtornos mentais na vida adulta: conexões com transtornos depressivos e de personalidades.	2025 Almeida et al.	Analisar os impactos dos maus-tratos na infância no desenvolvimento de transtornos mentais na vida adulta com foco nos transtornos depressivos e de personalidade	Revisão integrativa da literatura.	A violência atua como fator de risco para o desenvolvimento de transtornos neuropsiquiátricos e comportamentais

A1

A análise apresentada por Mello et al., (2009) evidencia que os impactos dos maus-tratos na infância não podem ser compreendidos de forma isolada ou linear, uma vez que resultam de uma rede complexa de interações entre fatores biológicos, psicológicos e ambientais ao longo do desenvolvimento. O artigo, de caráter teórico com base em revisão de estudos clínicos, epidemiológicos e experimentais, utilizou como

método a integração de evidências provenientes tanto de pesquisas com humanos quanto de modelos animais. Incluíram investigações com testes laboratoriais de estresse, testes farmacológicos e análises hormonais do eixo hipotálamo-adrenal, que é a parte do cérebro responsável pela regulação da resposta ao estresse e pela manutenção da homeostase (equilíbrio interno do organismo).

Os resultados discutidos apontam de forma consistente que experiências adversas na infância estão associadas a alterações duradouras na regulação hormonal, embora essas alterações variem de forma individual. Foram observadas tanto respostas exacerbadas quanto atenuadas ao estresse, dependendo de variáveis, como tipo de abuso, momento do desenvolvimento em que ocorreu, presença de psicopatologias e fatores individuais, como temperamento e genética. Além disso, evidências indicam modificações neurobiológicas relevantes, como alterações na neuroplasticidade (capacidade de adaptação do cérebro ao ambiente); redução de proteínas essenciais para o sistema nervoso que atuam para a sobrevivência, desenvolvimento e funcionamento dos neurônios e possíveis mecanismos que influenciam quais genes são expressos.

Outro achado importante refere-se ao papel mediador e moderador de fatores como suporte social, eventos posteriores ao trauma na infância e predisposições genéticas, que podem tanto aumentar a vulnerabilidade quanto favorecer processos de resiliência. Dessa forma, o desenvolvimento de transtornos como depressão, ansiedade e Transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), não depende exclusivamente da ocorrência de maus-tratos, mas da interação entre essas experiências e múltiplas condições ao longo da vida.

Diante disso, conclui-se que o funcionamento do eixo hipotálamo-hipófise-adrenal pode ser compreendido como um importante indicador biológico da adaptação ao estresse, refletindo tanto processos saudáveis quanto desregulações associadas ao

adoecimento psíquico. Esses achados reforçam a importância de intervenções precoces e de abordagens integradas que considerem a história de vida do indivíduo, contribuindo para a prevenção e o manejo de transtornos psicopatologias na vida adulta.

A2

O artigo de Waikamp et al. (2018) aborda as repercussões dos traumas vivenciados na infância na saúde mental ao longo da vida, destacando que experiências como abuso físico, emocional, sexual e negligência podem comprometer o desenvolvimento psicológico do indivíduo. A violência infantil é compreendida como qualquer ação ou omissão que cause prejuízos à integridade física, emocional e ao desenvolvimento da criança, sendo um problema crescente no Brasil. Nesse contexto, a violência intrafamiliar se mostra ainda mais prejudicial, pois rompe vínculos de confiança fundamentais entre a criança e seus cuidadores, afetando diretamente a construção psíquica.

É mostrado que do ponto de vista psicodinâmico, o trauma ocorre quando o indivíduo é exposto a experiências que ultrapassam sua capacidade de elaboração, sendo as crianças mais vulneráveis devido ao seu estágio de desenvolvimento. A ausência de cuidados adequados compromete a formação de habilidades emocionais, como regulação afetiva e capacidade de simbolização, tornando o sujeito mais suscetível ao sofrimento psicológico ao longo da vida. Diante dessa perspectiva teórica, o estudo teve como objetivo investigar a relação entre traumas na infância e a presença de sintomas psicopatológicos na vida adulta.

A pesquisa foi realizada com 201 pacientes adultos, com idade média de 32 anos, que estavam iniciando psicoterapia psicanalítica, sendo a maioria do sexo feminino e com diferentes níveis de escolaridade. O delineamento foi quantitativo, transversal,

correlacional e explicativo. Para a coleta de dados, foram utilizados um questionário sociodemográfico e dois instrumentos principais: o Childhood Trauma Questionnaire (CTQ), que avalia experiências traumáticas na infância, e o Brief Symptom Inventory (BSI), que mensura sintomas psicológicos na vida adulta. Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva e inferencial, incluindo correlação de Pearson e regressão linear.

Os resultados evidenciaram que a maioria dos participantes relatou ter vivenciado algum tipo de trauma na infância, sendo a negligência emocional e o abuso emocional os mais frequentes. Em relação à sintomatologia, destacaram-se sintomas de obsessão-compulsão, depressão, ansiedade e sensibilidade interpessoal. As análises demonstraram correlações positivas e significativas entre os traumas infantis e os sintomas psicopatológicos, indicando que quanto maior a intensidade das experiências traumáticas, maior o nível de sofrimento psicológico na vida adulta.

Ainda neste estudo o índice total de trauma apresentou associação com todas as dimensões de sintomas avaliadas, incluindo o índice geral de severidade, reforçando que diferentes formas de violência infantil impactam de maneira ampla a saúde mental. Além disso, a análise de regressão mostrou que os traumas na infância, juntamente com a idade, explicam parte da intensidade dos sintomas psicológicos, sugerindo que experiências precoces adversas são fatores relevantes no desenvolvimento da psicopatologia. Dessa forma, os achados do estudo confirmam que as vivências traumáticas na infância estão diretamente relacionadas ao sofrimento psicológico na vida adulta, evidenciando a importância de considerar a história de vida dos indivíduos no contexto clínico.

Schimit et al., (2020) traz um estudo transversal e quantitativo realizado em ambulatório de saúde mental no sul do Brasil. Contou com 180 pacientes, sendo quase 70% mulheres. Para a coleta de dados foram identificados um questionário sociodemográfico feito pela própria clínica e dois instrumentos psicométricos de autorrelato. O primeiro é o questionário sobre traumas na infância (QUESI), composto por 28 questões, 5 para investigar a ocorrência de abuso nas áreas física, sexual, negligência emocional e física e três questões para confiabilidade de respostas. O outro questionário ‘parental bounding instrument’ é sobre vínculo parental, com 25 questões do tipo likert, variando de 0 a 3, o sujeito responde sobre o quão parecido o comportamento citado se parece com seus pais.

Sobre os motivos de busca de atendimento, 37% alegam ser por autoconhecimento em contrapartida a 60% devido a problemas depressivos, de ansiedade e de relacionamentos. E as hipóteses diagnósticas na triagem, 87% com transtornos neuróticos relacionados ao estresse, transtornos de humor, de personalidade e de comportamento. De todos os participantes, apenas 5% relataram que nunca ter sofrido nenhum tipo de trauma na infância, e 15% disseram, não ter sofrido abuso emocional, reforçando a relevância do tema.

Schimit et. al, (2020) comentam que nas últimas décadas estudos epidemiológicos e ensaios clínicos demonstraram uma associação entre trauma na infância e uma série de transtornos psiquiátricos. Assim como estilos de vidas inadequados em todas as fases do desenvolvimento, e completam “é comum encontrarmos pacientes adultos que relatam a presença de eventos traumáticos na infância, apresentando piores desfechos clínicos e` gravidade dos sintomas.” Os pais apresentam um papel importante no que se refere ao funcionamento da criança frente ao trauma, sendo assim impactam fortemente no desfecho.

Este artigo cometa que a forma como nos conectamos com nossos cuidadores na infância define como criaremos vínculos afetivos quando adultos. Experiências negativas nesse período costumam deixar marcas permanentes na estrutura da personalidade, podendo gerar problemas na vida adulta, como relacionamentos amorosos e transtornos psicológicos. Como esses padrões tendem a se repetir ao longo da vida, dificuldades severas no apego inicial funcionam como um fator de risco para a saúde mental a longo prazo. Foi citado por exemplo que o apoio materno após o abuso infantil ajuda a criança a passar por um menor sofrimento e a um número menor de sintomas, diferente da rejeição e da culpa que impactam negativamente com essa forma de lidar. Ainda, respostas superprotetoras dos pais podem aumentar a sintomatologia.

A teoria do apego de Bowlby oferece uma base teórica bem estruturada para a compreensão das consequências do trauma naquele indivíduo. Essa teoria se prova importante tanto para o desenvolvimento normativos quanto para o psicopatológico. O tipo de apego vivenciado na infância constrói a base para a capacidade posterior de estabelecer ligações de vínculos afetivas e quando há uma problemas nesse âmbito, pode acarretar dificuldades ao longo da sua vida como problemas conjugais e na psicopatologia como transtornos de personalidade e sintomas neuróticos. O apego seguro tem como característica um discurso em que o indivíduo consiga se expressar de forma coerente, com livre expressão de emoções sem ficar na defensiva.

Schimit et. al (2020) apresentam que as crianças que são superprotegidas ou controladas pelos pais estão mais propensas a gravidade do trauma do que as que recebem cuidado e afeto. O trauma prejudica a formação de laços afetivos estáveis. Como consequência a pessoa passa a ter dificuldades tanto para processar pensamentos quanto para se autorregular com suas próprias emoções.

A4

Mosena et. Al (2022) identificaram que crianças que sofrem exposição à violência conjugal, especialmente no contexto da família de origem, constitui um fator relevante para a perpetuação desse fenômeno ao longo das gerações. A partir de uma revisão sistemática com seleção final de 29 artigos, apontaram problemas na vida adulta como “desregulação emocional, problemas de desenvolvimento, crenças distorcidas, depressão, baixa autoestima, insegurança, ansiedade, tentativas de suicídio”.

Observa-se que, embora muitas mulheres reconheçam estar vivenciando violência doméstica e compreendam que tal situação é inadequada, há, frequentemente, uma postura de aceitação e submissão. Essa atitude pode estar associada à naturalização da violência, decorrente do modelo relacional internalizado na infância, no qual a agressão se apresenta como parte constitutiva das relações conjugais.

Estudos de Mosena apontam que homens autores de violência contra suas parceiras apresentam elevada probabilidade de terem vivenciado, na infância, situações de violência, seja como vítimas diretas de agressões, seja em contextos de negligência. Demonstram que experiências adversas dentro da família tendem a impactar mais significativamente o gênero masculino no que se refere à probabilidade de se tornarem agressores na vida adulta. Dessa forma, os achados sugerem que crianças expostas a violência conjugal pode estar relacionada a processos intergeracionais, influenciam tanto a posição de vítima quanto a de agressor nas relações afetivas futuras.

A5

De acordo com Jacob et al. (2024) a infância e a adolescência são de extrema importância para o desenvolvimento humano, pois nestes períodos acontece intensa

maturação cerebral e crescimento emocional. Afirmam que os eventos traumáticos durante a infância podem deixar marcas no desenvolvimento neurológico e psicológico, o que aumenta o risco de transtornos mentais, com destaque ao TEPT. Esses traumas não afetam apenas o bem-estar psicológico imediato, mas causam alterações na genética do indivíduo.

Os dados revisados por Jacob et al. (2024) demonstram que a ocorrência de TEPT não pode ser explicada apenas pela exposição ao trauma, mas sim por uma complexa interação entre fatores genéticos, ambientais e epigenéticos. As modificações epigenéticas apresentam-se como mecanismos fundamentais na compreensão de como experiências adversas podem ser biologicamente internalizadas, modificando os genes e contribuindo para alterações duradouras no funcionamento emocional, cognitivo e comportamental.

Além disso, este estudo apresenta que o estresse precoce está associado ao envelhecimento epigenético acelerado (quando a idade biológica é maior do que a sua idade atual), bem como à maior vulnerabilidade ao desenvolvimento do TEPT e à intensificação de seus sintomas. Observa-se também que os efeitos do trauma podem ultrapassar gerações, evidenciando que experiências maternas de estresse e TEPT durante a gestação estão relacionadas a alterações epigenéticas em seus filhos.

Jacob et al. (2024) apresentam que a violência emocional está inserida em um contexto cultural e transgeracional, sendo frequentemente reproduzida ao longo das gerações como uma forma naturalizada de resolução de conflitos familiares. Esse tipo de violência é caracterizado por ações ou omissões que afetam negativamente a autoestima, a identidade e o desenvolvimento psicológico das crianças, sendo comum sua associação com outras formas de violência, como a física e a negligência. Além disso, os principais

agressores identificados são os próprios responsáveis legais, especialmente os pais, o que evidencia a vulnerabilidade das crianças e adolescentes dentro do ambiente familiar.

No que se refere às repercussões, observa-se que, na infância e adolescência, predominam os sintomas internalizantes, como ansiedade, depressão, insegurança, medo, vergonha e baixa autoestima, além de problemas psicossomáticos. Também são identificados prejuízos no desenvolvimento cognitivo e comportamental, bem como impactos negativos no desempenho escolar e nas relações sociais. Já na vida adulta, Jacob et al., (2024) explicam que as consequências tendem a se manifestar principalmente por meio de sintomas externalizantes, como comportamentos agressivos e a reprodução da violência em relações interpessoais, incluindo com parceiros e filhos, além da persistência de sintomas internalizantes.

Os autores destacam que a violência emocional é de difícil identificação, uma vez que não deixa marcas físicas evidentes e possui definições menos objetivas, o que contribui para sua subnotificação e manutenção no contexto familiar. Dessa forma, reitera-se que a violência emocional intrafamiliar é um importante fator de risco para o desenvolvimento humano, impactando significativamente a saúde psicológica, as relações interpessoais e a qualidade de vida ao longo do tempo, sendo fundamental torná-la visível para o fortalecimento de estratégias de prevenção e intervenção (Jacob et al., 2024).

A6

Almeida et. al (2025) fizeram uma revisão integrativa da literatura, mostram que as circunstâncias adversas causam modificações nos genes, que impactam a resposta ao estresse e aumentam as chances de desenvolver transtornos psiquiátricos. Informa que

crianças expostas ao abuso apresentam maior resistência ao tratamento quando maiores e ainda recorrência de episódios depressivos reforçando a importância de intervenção precoces e proteção. Citam que a sociedade considera a violência intrafamiliar como algo educativo, para correção de comportamentos e como aplicação de valores sociais, no entanto a normalização dessas práticas traz prejuízo às relações interpessoais do indivíduo pois mostram a violência como estratégia de resolução de conflitos.

As crianças e adolescentes apresentam vulnerabilidade maior devido estarem em fase de desenvolvimento intenso em todas as áreas. Os autores indicam que sofrer abusos ou negligência na infância é um fator determinante para o surgimento de problemas psicológicos no futuro. Trouxeram um estudo transversal com amostra de 1244 jovens adultos que revelou a relação entre traumas precoces e o desenvolvimento do Transtorno Depressivo Maior (TDM) e do Transtorno de Personalidade Borderline, pois essas experiências negativas prejudicam a capacidade do cérebro da neuroplasticidade, ou seja, se adaptar e lidar com o estresse.

No entanto, o estudo também destacou o papel da resiliência — a habilidade de manter o equilíbrio emocional mesmo após situações difíceis. A resiliência funciona como um filtro: quanto maior ela for, menor tende a ser a gravidade dos sintomas depressivos na vida adulta, agindo como um mediador fundamental entre o trauma vivido e a qualidade da saúde mental. Com relação ao Transtorno de Personalidade Bipolar (TPB) a literatura mostra que a relação com os cuidadores na infância é de fundamental importância para a formação dos estilos de apego e como esses estilos estão intimamente ligados ao desenvolvimento de traços disfuncionais, como a impulsividade, labilidade afetiva (mudanças de humor muito rápidas, intensas e desproporcionais ao acontecimento) e dificuldade nos relacionamentos interpessoais.

Ainda nesse estudo, na depressão, os eventos adversos na infância aumentam a chances de quadros depressivos graves, com resistência ao tratamento e episódios recorrentes. Os maus tratos que mais se destacam nesse caso são os abusos psicológicos e negligência emocional. Por fim explicam que as alterações causadas pelo abuso são repercutidas nas diversas regiões do corpo e não apenas psicologicamente, no sistema nervoso central, nas modificações de genes, no desenvolvimento de transtornos neuropsiquiátricos e comportamentais.

Conclusão

Embora a violência infantil não seja um fenômeno recente, a oferta de intervenções eficazes ainda é limitada. Fatores como a escassez de recursos, especialmente em municípios de baixa renda, a fragilidade na articulação entre os setores da saúde, educação, justiça e assistência social comprometem a efetividade das políticas públicas. Além da subnotificação dos casos e da persistência de uma cultura que naturaliza a violência como forma de educação.

A inclusão de programas sociais e políticas públicas voltadas à prevenção e ao cuidado de crianças inseridas em lares disfuncionais é essencial para garantir o desenvolvimento saudável, a proteção integral e a redução dos índices de violência infantil. No contexto brasileiro, a proteção da infância é assegurada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, pelo Sistema Único de Assistência Social, além do Estatuto da Criança e do Adolescente, que estabelece a responsabilidade do Estado, da família e da sociedade na garantia dos direitos da criança.

Como estratégia de prevenção é importante a criação de programas educativos para pais e responsáveis, com foco no desenvolvimento de habilidades, resolução de

conflitos familiares e educação emocional. Muitas famílias reproduzem práticas violentas por falta de orientação, histórico de violência familiar ou dificuldades emocionais. Assim, ações educativas podem auxiliar na construção de vínculos familiares mais saudáveis e na promoção da parentalidade positiva.

O enfrentamento desse problema exige uma atuação multiprofissional, com avaliação da gravidade, dos fatores motivacionais e do contexto familiar e social. O acompanhamento psicológico e o fortalecimento de redes de apoio são fundamentais para o acolhimento e a redução dos danos. Ressalta-se ainda que os maus-tratos infantis não estão restritos a fatores como classe social, escolaridade ou localização geográfica, evidenciando a complexidade do fenômeno.

As evidências demonstram que a violência e a negligência na infância produzem impactos duradouros no desenvolvimento cognitivo, emocional e neurobiológico, afetando a formação de vínculos, a autorregulação emocional e a construção da identidade. A exposição ao estresse pode gerar alterações nos sistemas neurobiológicos, como no eixo hipotálamo–hipófise–adrenal, aumentando a vulnerabilidade ao desenvolvimento de psicopatologias, incluindo o TEPT.

Em suma, os artigos identificados nesta revisão integrativa mostram que, os principais transtornos desenvolvidos pelos sujeitos que foram expostos a traumas na infância são: ansiedade, autolesão, TEPT, baixa autoestima, insegurança e pensamentos suicidas. Além de problemas psicossomáticos foi possível identificar também prejuízos no desenvolvimento cognitivo e comportamental. No entanto é importante destacar que os impactos dos traumas infantis não se manifestam de forma homogênea devido a singularidade de cada indivíduo, variando conforme a duração da exposição, o tipo de violência sofrida e a presença ou não de figuras de apoio.

Por fim, conclui-se que a compreensão dos traumas na infância e de suas repercussões, incluindo o TEPT, requer uma abordagem integrada que articule aspectos psicológicos, biológicos e sociais. Torna-se essencial investir em prevenção, identificação precoce, capacitação profissional e fortalecimento das redes de proteção, visando promover o cuidado integral e reduzir os impactos a longo prazo no desenvolvimento e na saúde mental de crianças e adolescentes. Nesse sentido, a literatura aponta que a existência de vínculos afetivos seguros pode atuar como fator de proteção, minimizando os danos ao desenvolvimento psíquico e emocional.

Referências

1. Bowlby, J. (2006). *Uma base segura: Aplicações clínicas da teoria do apego* (2ª ed.). Martins Fontes.
2. Brasil. Ministério da Saúde. (2002). *Notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes pelos profissionais de saúde*. Ministério da Saúde.
3. Chociay Junior, S., Cabral, M. B., Ribeiro, I. C., Pires, L. S. A., Paulo, A. S. C., Parduci, N. V., Freitas, A. K. P. B., Carachesti, T. N., Ricci, R. C., Bogado, S. S. G., Facina, M. E. L., Spegiorin, R. C., & Larroque, M. M. (2023). O impacto de maus-tratos na saúde mental de crianças e adolescentes: Revisão integrativa de literatura. *Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR*, 27(4), 1912–1931. <https://doi.org/10.25110/arqsaude.v27i4.2023-020>
4. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988). Presidência da República.

5. Cruz, M. A., Gomes, N. P., Campos, L. M., Estrela, F. M., Whitaker, M. C. O., & Lório, J. G. S. (2021). Repercussões do abuso sexual vivenciado na infância e adolescência: Revisão integrativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(4), 1369–1380. <https://doi.org/10.1590/1413-81232021264.02862019>
6. Fonseca, P. H. N., Silva, A. C., Araújo, L. M. C., & Botti, N. C. L. (2018). Autolesão sem intenção suicida entre adolescentes. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 70(3), 246–258.
7. Henriques, C. G. P., Dutra-Thomé, L., & Rosa, E. M. (2022). Violência emocional intrafamiliar contra crianças e adolescentes e suas repercussões: Uma revisão sistemática de literatura. *Psico*, 53(1), 1–12. <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2022.1.39085>
8. Hirschmann, R., Martins, R. C., & Gonçalves, H. (2021). Maus-tratos infantis e comportamentos sexuais de risco na idade adulta: Uma revisão sistemática. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(Suppl. 3), 5057–5068. <https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.3.31562019>
9. Jacob, L. M. da S., & Jacob, I. M. A. (2021). Traumas na infância e na adolescência: Impactos profundos no desenvolvimento ao longo da vida – Uma revisão da literatura sobre o transtorno de estresse pós-traumático na perspectiva epigenética. *RECIMA21*, 5(1). <https://doi.org/10.47820/recima21.v5i1.5593>
10. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990). Estatuto da Criança e do Adolescente. Presidência da República.

11. Mosena, L. C., & Bossi, T. J. (2022). Exposição à violência conjugal na infância e perpetuação transgeracional da violência: Revisão sistemática. *Psico*, 53(1), 1–12. <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2022.1.39088>
12. Organização Mundial da Saúde. (2002). *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Autor.
13. Peres, A. L., Bomfim, A. L., Freire, M. H. S., Silva, F. R., Miranda, C., Martineli, A. S., Ertl, N., & Pereira, R. L. L. (2025). Violência contra crianças na primeira infância e suas consequências: Revisão integrativa. *Revista de Enfermagem UERJ*, 33, e83409. <https://doi.org/10.12957/reuerj.2025.83409>
14. Piaget, J., & Inhelder, B. (2012). *A psicologia da criança* (5ª ed.). Record.
15. Schmidt, F. M. D., Capellari, C. P. da C., Ceconello, B. P., Contessa, J. C., Epsztein, J. A., Bottega, P. R., & Serralta, F. B. (2020). Associação entre traumas na infância e a representação de apego parental na vida adulta. *Revista Brasileira de Psicoterapia*, 22(2), 1–14. <https://doi.org/10.5935/2318-0404.20200011>
16. Seligman, M. E. P. (1977). *Desamparo: Sobre depressão, desenvolvimento e morte*. Francisco Alves.
17. Waikamp, V., & Serralta, F. B. (2018). Repercussões do trauma na infância na psicopatologia da vida adulta. *Ciências Psicológicas*, 12(1), 137–144. <https://doi.org/10.22235/cp.v12i1.1603>